

Mensalão mostrou que mídia pode condenar antes da Justiça, diz Lula

O caso do mensalão mostrou como a imprensa pode ser usada para condenar pessoas antes do Judiciário. Para o ex-presidente Lula, foi esse o resultado da aliança feita entre veículos de comunicação e setores do Ministério Público, da Polícia Federal e da magistratura para fazer circular acusações sem confirmação, fragilizar governos e impedir a tomada de decisões.

Fernando Frazão/ Agência Brasil



Lula, que está preso desde sábado (7/4), critica aliança entre imprensa e Judiciário.
Fernando Frazão/ Agência Brasil

O ex-presidente faz sua análise no livro *A verdade vencerá – o povo sabe por que me condenam* (Boitempo). A obra condensa três entrevistas do líder do PT concedidas no Instituto Lula, em São Paulo, nos dias 7, 15 e 28 de fevereiro, aos jornalistas Juca Kfourir, Maria Inês Nassif e Gilberto Maringoni e à diretora da Boitempo Ivana Jinkings.

Lula está preso na sede da PF em Curitiba, cumprindo pena antecipadamente pela condenação por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Foi preso no dia 7 de abril. Um dia antes, fez um discurso acusando o MP Federal, a PF e setores do Judiciário de terem se aliado à imprensa para criar a imagem de que ele é culpado, antes mesmo que ele fosse condenado. O método, diz no livro, é herança do mensalão, processo no qual o Supremo Tribunal Federal condenou as principais lideranças petistas, como José Dirceu, José Genoino e João Paulo Cunha.

“Na verdade, nunca acreditei na história do mensalão. Essa foi a grande descoberta do século XXI: de como a mídia poderia ser utilizada para criminalizar as pessoas antes da Justiça. A mídia tomou a decisão de, ao invés de esperar a Justiça criminalizar, transformar alguns líderes do PT em bandidos. Eu tinha medo porque, se o Zé Dirceu não tivesse sido preso, poderia ter sido atacado por um fanático em alguma rua aqui de São Paulo e ser morto, tal era o ódio que eles disseminaram contra o Zé Dirceu”, avalia o ex-presidente, no livro.

Rota do escândalo

A tese do mensalão foi criada em 2005 pelo ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro Roberto Jefferson, presidente do PTB e opositor ao Partido dos Trabalhadores. Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, ele disse que o PT montou um esquema de pagamento de mesada a parlamentares em troca de apoio às políticas do governo federal.

Rapidamente, jornais, revistas e redes de televisão de uniram esforços para desestabilizar seu governo, diz Lula. Na entrevista, Ivana Jinkings comenta que “parece que eles [os meios de comunicação] combinam, fazem reunião de pauta coletiva...”, e o ex-presidente interrompe.

“Parece, não. Eles combinam mesmo. E é um circuito. No tempo do mensalão, eu descobri que o circuito para paralisar um governo é assim: na quinta-feira, começa a boataria; na sexta, começam a sair coisas na internet; no sábado, dá no *Jornal Nacional*; no domingo, vai para a imprensa escrita e, à noite, pro *Fantástico*. Aí, depois que eles fazem esse genocídio, perdura até a outra quinta, quando começa de novo.”

Politização da Justiça

Na operação “lava jato”, magistrados, membros do MP e policiais se aliaram a jornalistas para [promover](#) uma suposta cruzada contra a corrupção, opina Lula. Com isso, ressalta, esses agentes públicos passaram a agir como políticos.

A Justiça tem um papel a cumprir, fazer justiça. Se a Justiça quer fazer política, então o cidadão deixa sua função de magistrado, entra para um partido político e vai disputar eleições. Quando a Justiça faz justiça, o povo acredita em justiça”, afirma Lula, no livro. “O defeito da ‘lava jato’ é que, ao mesmo tempo em que eles pensaram em combater a corrupção, eles construíram um pacto de se sustentar na imprensa brasileira. ‘Não importa o tamanho da mentira, eu transformo ela em verdade. O que nós temos que ter é inimigo’.

Como exemplo dessa tática, o petista cita a [ofensiva](#) contra o presidente Michel Temer, desencadeada pela delação premiada dos irmãos Batista, donos da JBS. Na visão de Lula, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, uniu esforços com a Globo para derrubar o emedebista. O objetivo de Janot, de acordo com o ex-presidente, era conseguir mais um mandato à frente da PGR. Já o da Globo, alçar o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ao poder. “Sou obrigado a reconhecer historicamente que o Temer soube se impor”, declara Lula.

Embora alegue ser vítima de perseguição, Lula diz confiar na Justiça e pede respeito ao princípio constitucional da presunção de inocência. “Se eu não acreditasse em justiça, eu não teria proposto a criação de um partido político, eu ia propor uma revolução”, afirma.

“Cada instituição tem um papel e o Judiciário tem o papel de fazer justiça, de dar às pessoas o direito de se defender, à presunção de inocência e, quando provada a culpa, que as pessoas paguem por seus crimes. Eu não quero que um injustiçado seja condenado nem que um culpado seja absolvido.”

Judicialização da política

Durante o livro, Lula faz diversas críticas à entrada da magistratura e do sistema de Justiça no jogo

político. Mas reconhece que isso começou com a judicialização da política, em que todas as questões de interesse social passaram a ser levadas a um juiz.

"Foram os políticos que judicializaram a política", diz o ex-presidente. Nesse cenário, "é preciso fazer um reordenamento das instituições deste país".

Em fevereiro, Lula dizia ter confiança no Supremo Tribunal Federal. "Se eu perder a confiança no Poder Judiciário, preciso parar de ser político e dizer que as coisas nesse país só vão se resolver na base de uma revolução". No dia 4 de abril, contudo, o STF [negou](#) Habeas Corpus preventivo do ex-presidente e autorizou o início da [execução](#) de sua pena mesmo com recursos pendentes de apreciação.

Mesmo com diversas derrotas na corte, Lula garante que não indicou ministros visando ser favorecido em julgamentos. Ele foi o presidente eleito que mais indicou ministros para o Supremo, com oito indicações: Eros Grau, Menezes Direito, Carlos Ayres Britto, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Dias Toffoli — além do ministro Luiz Fux, formalmente indicado pela ex-presidente Dilma Rousseff, mas que teve o processo de escolha iniciado no governo Lula.

Mas Lula garante: "Não quero controlar o Poder Judiciário. Não quero que o Poder Judiciário seja bom para mim. Quando indiquei ministros para o Supremo, não indiquei pensando em fazerem favor para mim. Meu desejo era que eles fossem coerentes com a nossa Constituição e que cumprissem aquilo que estava na Constituição".

Conclusão do golpe

Lula é claro em defender que o impeachment de Dilma, em 2016, foi um golpe de Estado organizado pela oposição e patrocinado pela elite socioeconômica brasileira. Mas acredita que o objetivo não era apenas aquele. Para o ex-presidente, sua condenação e sua provável declaração de inelegibilidade são a conclusão natural da conspiração que saiu vitoriosa há dois anos.

"Se o golpe foi dado para evitar a progressão dos descamisados deste país, eles não podem tirar a Dilma e deixar o Lula voltar dois anos depois", avalia. "Com todas as reclamações que nós fizemos, eles nunca deram a menor importância para qualquer argumento da defesa. Foi nesse instante que comecei a perceber que não era o Lula pessoalmente que estava sendo julgado. Era o governo que estava sendo julgado. Era a forma e o jeito de governar."

Não é a primeira vez que acontece um golpe de Estado no Brasil. A diferença, diz Lula, é que foram depostas as armas para se tomar o poder "pela via jurídica". "No Brasil, lamentavelmente, a democracia não é regra, é exceção."

"Civilizaram o golpe, modernizaram o golpe", diz o ex-presidente Lula. "Antes você tinha guerra civil, agora não precisa mais ter guerra civil. Não precisa de um golpe militar. Você faz dentro da lei: constrói a maioria, consegue ganhar a opinião pública, tem a imprensa para prestar o serviço. A imprensa presta o serviço, você, então, cria uma maioria da sociedade contra o governo, cria uma maioria de parlamentares contra o governo e dá legalidade a tudo. E acontece o que estamos vivendo no Brasil."